



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL
(com publicação no JOUE)

Prestação de Serviços para Renaturalização e consolidação de 10,6775 hectares de floresta, no Perímetro Florestal da Ilha de São Miguel

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º

Identificação do concurso

O presente concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, tem por objeto principal a Prestação de Serviços para Renaturalização e consolidação de 10,6775 hectares de floresta, no Perímetro Florestal da Ilha de São Miguel, no âmbito do Aviso Açores 2030-2024-6 – Conservação da Natureza, biodiversidade e património natural, do Açores 2030 a candidatura FEDER-01959700 - Conservação e Valorização da Floresta Açoriana (CONVALFLORAZ), cujas especificações constam do caderno de encargos.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação – Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial, pela Direção de Serviços Técnicos e Desenvolvimento Florestal, com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento:

NIPC: 600 087 123

Endereço: Rua do Contador, 23 9500-050 Ponta Delgada

Telefone: 296 204 600

Endereço Eletrónico: info.drrf@azores.gov.pt

Artigo 3.º

Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada em 17/04/2025 por despacho do **Ex.º Sr.º Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** no uso de competência própria, nos termos conjugados do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos com a alínea c) do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2024/A, de 30 de dezembro (diploma que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

Artigo 4.º

Plataforma eletrónica

O presente procedimento corre os seus termos na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do endereço <https://www.acingov.pt>, doravante designada plataforma eletrónica.

Artigo 5.º

Disponibilização eletrónica das peças do procedimento

1 — As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas aos concorrentes na plataforma eletrónica de contratação pública, onde podem ser consultadas pelos interessados, de forma livre, completa e gratuita, a partir da data da publicação do respetivo anúncio, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 133.º do CCP.

2 — Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tenham sido disponibilizadas, nos termos do referido no número 1 do presente artigo, desde o dia da publicação do anúncio, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.

Artigo 6.º

Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

1 — Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, podem ser solicitados pelos interessados, e serão prestados, nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, pelo Júri do concurso, devendo para tal ser os pedidos de esclarecimentos a este dirigidos, por escrito, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2 — Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo júri, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. A falta de resposta até esta data poderá justificar a prorrogação, por período correspondente, do prazo para a apresentação das propostas, desde que requerido por qualquer interessado.

3 — Os esclarecimentos e as retificações detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

4 — Os esclarecimentos e retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

Artigo 7.º

Erros e Omissões das peças do procedimento

1 — Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 50.º do CCP, que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas na anteriores.

2 — A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

3 — Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

4 — O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

5 — As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 8.º

Documentos que constituem a proposta

1 — A proposta deverá ser instruída com os seguintes documentos:

1.1 — Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) — Ficheiro eletrónico pré-preenchido disponibilizado na plataforma eletrónica, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;

1.1.1 — Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, o Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) deve ser assinado pelo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinado por todos os seus membros ou respetivos representantes;

1.2 Documentos que em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:

- a) Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo do **ANEXO I** ao presente programa do procedimento;
- b) Lista dos preços unitários e preço global, de todos os serviços previstos no caderno de encargos, com o ordenamento dos mapas resumo de quantidades de trabalhos patenteados a concurso;
- c) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos e situação prevista no n.º 2 do artigo 33.º do presente programa;
- d) Declaração que contenha a descrição dos serviços a prestar, em conformidade com o exigido pelo Caderno de Encargos;
- e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online;

1.3 — Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para complementar a proposta, designadamente, na parte relativa aos respetivos atributos.

2 — Todos os documentos que constituem a proposta deverão conter assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou do representante legal com poderes para o vincular, de acordo com os números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

3 — Tratando-se de uma proposta com preço anormalmente baixo, tal como definida no artigo 29.º deste programa do procedimento, o concorrente terá que apresentar documentação que contenha os esclarecimentos justificativos, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento.

4 — O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

Artigo 9.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, pelo que cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.

Artigo 10.º

Idioma dos documentos da proposta



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 11.º

Indicação do preço

- 1 — Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 2 — Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 3 — Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 12.º

Modo e prazo para apresentação das propostas

- 1 — As propostas, bem como os documentos que as integram, devem ser apresentados na plataforma eletrónica AcinGov até às 23h59m do **30º** dia consecutivo a contar da data do envio do anúncio para publicação.
- 2 — A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.
- 3 — Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida no n.º 1 do presente artigo.
- 4 — Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.
- 5 — O prazo para apresentação das propostas é contado nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos.
- 6 — As propostas apresentadas fora dos prazos indicados no número 1 serão excluídas.
- 7 — Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

Artigo 13.º

Prazo de manutenção das propostas

O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias, a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

Artigo 14.º

Esclarecimentos e suprimento de propostas

- 1 — O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
- 2 — Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
- 3 — O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
- 4 — O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
- 5 — Os pedidos do júri formulados nos termos dos n.ºs 1 e 3, bem como as respetivas respostas, serão disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os candidatos e concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 15.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

- 1 — O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica.
- 2 — Todas as propostas apresentadas poderão ser consultadas na referida plataforma de contratação pública, acinGov.
- 3 — O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados a partir da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
- 4 — Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.os 1 e 2 do presente artigo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

Artigo 16.º

Agrupamentos

- 1 — Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 2 — Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
- 3 — Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
- 4 — Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo.

Artigo 17.º

CrITÉrio de adjudicação

- 1 — A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade monofator, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato, designadamente, o preço.
- 2 — Em caso de empate entre duas ou mais propostas relativamente ao primeiro lugar da avaliação, proceder-se-á ao sorteio das propostas que se encontrem na situação de empate a que deve obedecer às regras procedimentais constantes do **ANEXO A**.

Artigo 18.º

Preparação da adjudicação

- 1 — Após a análise das propostas e aplicação do critério de adjudicação constante deste programa do procedimento, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.
- 2 — No relatório mencionado no número anterior, o júri fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, se for o caso.
- 3 — Elaborado o relatório preliminar, o júri do concurso envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.
- 4 — Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia nos termos previstos no n.º 3 do presente artigo, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

6 — O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, a quem cabe decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 19.º

Decisão de adjudicação

1 — Cumpridas as formalidades previstas no artigo anterior, o órgão competente para a decisão de contratar, toma a decisão de adjudicação da proposta hierarquizada em primeiro lugar.

Artigo 20.º

Notificação da decisão de adjudicação

1 — A notificação da decisão de adjudicação é feita, em simultâneo, a todos os concorrentes, e será acompanhada com o relatório final de análise das propostas.

2 — Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de adjudicação notificará o adjudicatário para:

2.1. Apresentar os documentos de habilitação a que se refere o n.º 2 do artigo 40.º do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores e os exigidos no artigo 26.º deste programa do procedimento;

2.2. Confirmar no prazo para o efeito fixado, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, quando aplicável;

2.3. Prestar caução, se esta for devida, indicando expressamente o seu valor;

2.4. Pronunciar-se sobre a minuta do contrato.

Artigo 21.º

Aprovação, notificação e aceitação da minuta do contrato

1 — O órgão competente para a decisão de contratar, aprova, nos termos do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos, a minuta do contrato a celebrar, em simultâneo com a decisão de adjudicação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

2 — A minuta do contrato a celebrar é notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — A minuta do contrato a celebrar considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação, nos termos do artigo 101.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 22.º

Reclamações contra a minuta

1 — Apenas são admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso.

2 — Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a rejeita se nada disser no referido prazo.

Artigo 23.º

Outorga do contrato

1 — A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação de caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP;
- d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, quando aplicável.

2 — Nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante comunica ao adjudicatário o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

Artigo 24.º

Caução

1 — Caso a adjudicação recaia sobre proposta cujo preço contratual seja igual ou superior a € 200.000,00, o adjudicatário deverá prestar uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração.

2 — A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada, no valor que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

se encontrar definido, em cumprimento do artigo 43.º do RJCPRAA (2% do preço contratual, cfr. artigo 37.º do DLR n.º 15/2024/A, de 30 de dezembro):

- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante, nos termos do modelo constante do

ANEXO II

- b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **ANEXO III**

3 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, ao prazo e ao modo de prestação da caução, assim como à determinação da responsabilidade pelas respetivas despesas, é aplicável o previsto no artigo 90.º do CCP.

Artigo 25.º

Redução do contrato a escrito

O contrato, que será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, nos termos dos artigos 94.º e 96.º do CCP.

Artigo 26.º

Documentos de habilitação

1 — O adjudicatário deve entregar através da plataforma eletrónica, até às 23h59m no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do **ANEXO IV** ao presente programa, em conformidade com o previsto no n.º 2 do artigo 40.º do RJCPRAA;
- b) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- c) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- d) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, do adjudicatário e, no caso de pessoa coletiva, o certificado do registo criminal da empresa e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
- e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

2 — Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos nas alíneas a) a d) do n.º 1 devem ser apresentados por todos os membros.

3 — O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos no n.º 1 das alíneas b), c), d) e e) se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

4 — O prazo fixado no n.º 1 do presente artigo pode ser prorrogado, por uma única vez, caso o adjudicatário solicite ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.

5 — Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

6 — Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

7 — No caso de se verificarem irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, será concedido ao adjudicatário um prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da notificação, para a respetiva supressão.

Artigo 27.º

Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) ¹

1 — Juntamente com os documentos de habilitação, e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar o comprovativo de registo no RCBE – Registo Central de Beneficiário Efetivo, ou o respetivo código de acesso.

2 — Tendo em atenção ao disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual, o incumprimento da obrigação declarativa ou de retificação do beneficiário efetivo, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP).

3 — Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 (cinco) dias úteis para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente ao facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

¹ Não aplicável a entidades em nome individual.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

Artigo 28.º

Despesas e encargos

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade dos concorrentes e do adjudicatário, consoante o caso.

Artigo 29.º

Preço anormalmente baixo

Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 29.º do RJCPRAA, considera-se que o preço total (sem IVA) resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando o seu valor seja igual ou inferior a 40% do preço base fixado no Caderno de Encargos.

Artigo 30.º

Prevalência

Nos termos do artigo 51.º do CCP, as normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Artigo 31.º

Júri do procedimento

- 1 — O presente procedimento é conduzido por um júri composto por 3 (três) membros efetivos, um dos quais preside, e por 2 (dois) suplentes, designados pelo órgão competente para a decisão de contratar.
- 2 — Ao júri do procedimento compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente ao órgão competente para a decisão de contratar, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.
- 3 — Desde que previamente autorizado pela entidade adjudicante, o júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.
- 4 — As deliberações do júri são aprovadas por maioria dos votos, não sendo admitida a abstenção, e devem ser fundamentadas.
- 5 — Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do júri, deve mencionar-se em ata essa circunstância, devendo o membro em questão nela fazer exarar as razões da sua discordância.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

Artigo 32.º

Comunicações e notificações

Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, concorrentes ou o adjudicatário, até à assinatura do contrato objeto do presente procedimento, são realizadas exclusivamente através da plataforma prevista no artigo 4.º do presente programa do procedimento.

Artigo 33.º

Assinatura eletrónica

1 — Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

2 — Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).

3 — A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as candidaturas e propostas é motivo de exclusão.

4 — Todos os documentos submetidos na plataforma, bem como todos os atos que, nos termos do CCP, devem ser praticados dentro de um determinado prazo, são sujeitos à aposição de selos temporais emitidos por uma entidade certificadora credenciada para a prestação de serviços de validação cronológica, nos termos previstos no artigo 55.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

5 — Os certificados de assinatura eletrónica qualificada e de selos temporais são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

Artigo 34.º

Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente programa do procedimento, observar-se-á o disposto no Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores (RJCPRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017/A, de 13 de abril, e o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, e demais legislação e regulamentação aplicável.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

ANEXO I
CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL
(com publicação no JOUE)

**Prestação de Serviços para Renaturalização e consolidação de 10,6775 hectares de
floresta, no Perímetro Florestal da Ilha de São Miguel**

(a que se refere a alínea a) do n.º 1.2. do artigo 8.º do programa do procedimento)

Modelo da Proposta

(1) (*firma, número de identificação fiscal e sede ou firmas, números de identificação fiscal e sedes*), com o telefone n.º ..., telefax n.º ..., endereço eletrónico ..., depois de inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento por Concurso Público Internacional, CP/___/___(2), a que se refere o anúncio n.º ..., datado de .../.../..., da Direção Regional dos Recursos Florestais e do Ordenamento do Territorial, declara que se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, conforme a lista de preços unitários, em anexo, à legislação em vigor e às boas normas técnicas, pelo preço total de € (por extenso e por algarismos) *, que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa de %, no valor de (por extenso) (3).

Mais declara que renuncia a foro especial e se submeterá, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (*local*), ... (*data*), ... (*assinatura*)

(1) Indicar o nome ou designação social.

(2) Indicar a referência do procedimento da Plataforma AcinGov.

(3) Indicar expressamente o valor do IVA.

*o preço total a propor não poderá, em caso algum, exceder o preço base fixado no caderno de encargos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

ANEXO II

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL
(com publicação no JOUE)

Prestação de Serviços para Renaturalização e consolidação de 10,6775 hectares de floresta, no Perímetro Florestal da Ilha de São Miguel

(a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 24.º do programa do procedimento)

Modelo de guia de depósito bancário

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

ANEXO III
CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL
(com publicação no JOUE)

**Prestação de Serviços para Renaturalização e consolidação de 10,6775 hectares de
floresta, no Perímetro Florestal da Ilha de São Miguel**

(a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 24.º do programa do procedimento)

Modelo de garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a (...) % do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

ANEXO IV
CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL
(com publicação no JOUE)

Prestação de Serviços para Renaturalização e consolidação de 10,6775 hectares de floresta, no Perímetro Florestal da Ilha de São Miguel

MODELO DA DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do programa do procedimento e o n.º 2 do artigo 40.º do RJCPRAA)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

g) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional, regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

h) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

i) Não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(8) Declarar consoante a situação.

(9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

ANEXO A

(a que se refere o n.º 2 do artigo 17.º do programa do procedimento)

CRITÉRIO DE DESEMPATE – SORTEIO

Verificando-se a necessidade de desempate de mais de uma proposta, é adjudicada a proposta que resultar da escolha em função de sorteio que deve obedecer às regras procedimentais seguidamente enunciadas:

- 1) O sorteio é realizado após a análise das propostas e verificada a igualdade entre duas ou mais propostas admitidas;
- 2) Em sede de relatório preliminar deverá constar a referência aos concorrentes e preços das respetivas propostas, com imediata notificação da data, hora e local onde será realizado o sorteio e respetiva metodologia, cumpridora dos passos procedimentais elencados nos números subsequentes;
- 3) O sorteio é público e presencial, em cujo ato participam todos os elementos efetivos do júri, bem como todos os representantes dos concorrentes que assim o entendam, credenciados para o efeito, no sentido da sua efetiva identificação, além de demais pessoas, interessadas ou não, no procedimento;
- 4) Do sorteio será lavrada ata, assinada por todos os elementos do júri e demais representantes dos concorrentes presentes, sendo que na recusa de qualquer dos representantes dos concorrentes, da ata constará referência ao incidente;
- 5) O sorteio é puro, sem condicionantes, e obedecerá ao tipo “sorteio de bolas”, nos termos da metodologia seguinte:
 - a. São colocadas bolas numeradas, em saco preto, não passível de ser vislumbrado o seu conteúdo;
 - b. O número de bolas inserido em saco preto será correspondente ao número de propostas a desempatar;
 - c. Para efeitos da extração das bolas do saco, a ordenação dos concorrentes é estabelecida pela seriação da ordem de apresentação das respetivas propostas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante;
 - d. Cada concorrente apenas terá direito a extrair uma única bola do saco, cumprindo aos elementos do júri que apenas seja possível aos concorrentes a extração daquela, sendo que na ausência, ou recusa, de representante de qualquer concorrente cumprirá ao presidente do júri a extração da bola em substituição daquele;
 - e. Para efeitos de ordenação das propostas, a numeração das bolas terá a seguinte valoração:
 - 1.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola n.º 1;
 - 2.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola n.º 2;
 - 3.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola n.º 3;
 - 4.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola n.º 4;
 - 5.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola n.º 5;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial

- f. Caso o número de propostas a desempatar seja igual a 2, as bolas a inserir no saco preto serão apenas a bola n.º 1 e a bola n.º 2;
- g. Para efeitos do disposto em e., caso o número de propostas a desempatar seja superior a 5, cumprirá ao júri, definir, em sede do relatório preliminar, o posicionamento subsequente à 5.ª Posição em função da seriação de extração da numeração das bolas. Em termos exemplificativos: “6.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola n.º 6”, adotando-se idêntica metodologia sucessiva, em função do número de bolas numéricas inseridas no saco para efeitos do sorteio;
- 6) Depois de anunciados, pelo presidente do júri, os resultados, o sorteio é dado por encerrado.